

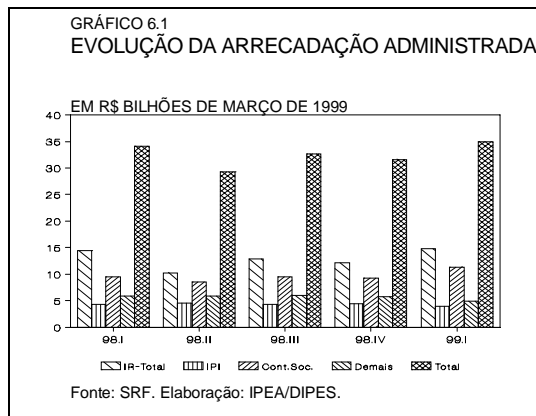
6

Política Fiscal

• EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Em março, a arrecadação administrada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) atingiu R\$ 12,0 bilhões, a preços do mesmo mês, apresentando um crescimento real de 2,4% em relação a igual período do ano anterior. Tal crescimento deveu-se, principalmente: a) à ampliação da arrecadação da Cofins (+52,1%) — decorrente da elevação de sua alíquota de 2% para 3% e do início da cobrança dessa contribuição sobre as entidades financeiras; b) à extensão da tributação sobre aplicações de renda fixa às operações de *hedge* e mudanças na tributação dos fundos de renda fixa — que impactaram positivamente a arrecadação do IRRF em 50,9%; e c) à elevação da alíquota do IOF para 0,38% e extensão de sua incidência sobre as aplicações em fundos de investimento, levando a um crescimento da arrecadação desse tributo de 79,9%. Ainda relativamente a março de 1998, o principal destaque em termos de desempenho negativo ficou por conta do IPI-Automóveis (-69,5%), devido à recente redução das alíquotas para veículos pequenos e médios.

Segundo informou a SRF, o crescimento real da receita administrada, em março de 1999, teria sido de 5,5%, relativamente a 1998, caso fossem descontadas a arrecada-



dação da CPMF em 1998 e a elevação da alíquota do IOF em 1999.

Considerando-se também as receitas não administradas pela SRF, o total da arrecadação federal em março foi de R\$ 13,4 bilhões, apresentando queda real de 11,4% em relação ao mesmo período de 1998. Esse decréscimo se explica pela redução do item “demais receitas” — que englobam, entre outras, as receitas de concessão da Telebrás — de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 1,1 bilhão.

No primeiro trimestre de 1999, a arrecadação administrada somou R\$ 34,9 bilhões, sendo 2,7% superior ao mesmo período de 1998. Contribuíram para esse desempenho, além dos fatores já mencionados, a arrecadação extra, em fevereiro, de R\$ 2,2 bilhões referentes ao pagamento de débitos em atraso com a Receita Federal, conforme Lei nº. 9.779/99.

• NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL (TESOURO NACIONAL, BANCO CENTRAL E INSS)

O Tesouro Nacional obteve um superávit primário de R\$ 5,1 bilhões em março. Esse resultado, somado ao superávit de R\$ 4,5 bilhões acumulado no período janeiro/fevereiro, levou a um superávit de R\$ 9,6 bilhões no primeiro trimestre. Tal desempenho foi possível graças a

TABELA 6.1

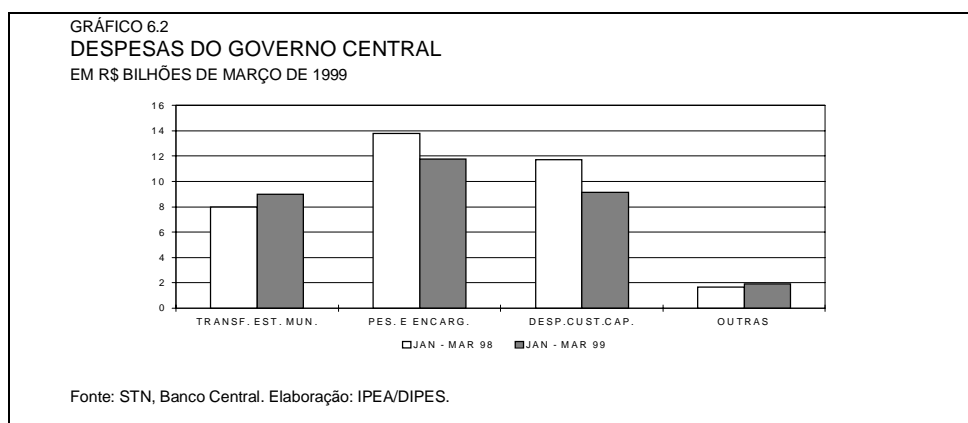
EVOLUÇÃO REAL DA ARRECADAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS DA UNIÃO - 1998/99

(EM R\$ BILHÕES DE MARÇO DE 1999)

	FEV/98	MAR/98	1º TRIM. 98	FEV/99	MAR/99	1º TRIM. 99
IR - TOTAL	3,8	5,1	14,4	5,0	5,3	14,8
IRPF	0,1	0,1	0,4	0,1	0,1	0,3
IRPJ	1,2	2,6	5,0	1,6	1,6	4,4
IRRF	2,5	2,4	9,1	3,2	3,6	10,0
IPI	1,6	1,4	4,3	1,3	1,3	4,0
II	0,4	0,6	1,6	0,5	0,7	1,7
CPMF	0,6	0,6	2,1	0,1	0,0	0,7
COFINS	1,6	1,5	4,8	1,4	2,3	5,4
UNIÃO	10,1	11,8	34,0	12,2	12,0	35,0

Fonte: MF/Secretaria da Receita Federal - SRF. Elaboração: IPEA/DIPES. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

^aTotal das receitas administradas pela SRF, excluindo, portanto, as contribuições previdenciárias.



uma significativa elevação da arrecadação do Tesouro (6,5%, em termos reais¹) relativamente ao primeiro trimestre de 1998, e, principalmente, a uma forte redução real nas despesas totais (9,5%). Os itens que apresentaram maiores quedas foram: a) pessoal e encargos (-14,7%) e b) outras despesas de custeio e capital (OCC), com queda de 22%. No caso das primeiras, essa redução é explicada apenas pela alteração na data de pagamento dos salários do funcionalismo público federal². Cabe ressaltar que, caso não houvesse esta mudança, a folha salarial teria crescido devido à ocorrência de elevações salariais localizadas (é o caso dos aumentos concedidos aos militares e a algumas carreiras do judiciário) e à extensão dos 28,8% aos servidores civis desde julho de 1998. No entanto, no caso das despesas de OCC, a redução deveu-se a cortes efetivos nos gastos do governo federal realizados no âmbito do ajuste fiscal acordado com o FMI.

O INSS fechou o primeiro trimestre de 1999 com um déficit de R\$ 2,2 bilhões, contra um déficit de R\$ 877 milhões em igual período de 1998. As receitas apresentaram decréscimo de 5,2%, basicamente, devido à retração no nível da atividade econômica. Por outro lado, as despesas com benefícios permaneceram em ascensão, elevando-se em 5,4% no primeiro trimestre.

Por fim, o Banco Central obteve um déficit de R\$ 170 milhões no período acumulado até março. Assim, levando-se em conta os resultados do Tesouro, Banco Central e INSS chegamos a um superávit primário para o Governo Central de R\$ 7,3 bilhões no primeiro trimestre, equivalente a 3,3% do PIB. Com esse resultado — e tendo em vista que as esferas subnacionais de governo, conjuntamente com as empresas estatais, apresentaram um superávit primário de R\$ 646 milhões até fevereiro (0,45% do PIB) — a meta de superávit primário acordada com o FMI para o primeiro trimestre (R\$ 6,0 bilhões, ou 2,7% do PIB) deverá ser atingida plenamente.

• NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)

A partir de janeiro de 1999 o Banco Central passou a divulgar o cálculo das NFSP de duas maneiras distintas. A primeira é a forma tradicional de apresentação das contas fiscais, na qual os efeitos da flutuação da taxa de câmbio sobre os encargos da dívida interna indexada ao dólar são incorporados pelo critério de competência. Segundo esta metodologia, os efeitos sobre essa dívida da abrupta variação da taxa de câmbio ocorrida entre os meses de janeiro e fevereiro serão contabilizados como

TABELA 6.2
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL 1998/99*
FLUXOS MENSIS EM R\$ MILHÕES DE MARÇO DE 1999

DISCRIMINAÇÃO	MAR. 98	MAR. 99	JAN.-MAR. 98	JAN.-MAR. 99
I.RECEITA TOTAL	19.453	19.807	50.721	52.631
I.1.Receita do Tesouro	15.562	16.129	38.940	41.468
I.2.Receitas do INSS	3.892	3.678	11.781	11.163
II.DESPESAS	16.957	15.313	47.827	45.169
II.1.TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.901	3.076	7.961	8.988
II.2.DESPESAS DA ADM.FEDERAL	14.056	12.237	39.866	36.181
II.2.1.Benefícios Previdenciários	4.221	4.325	12.658	13.335
II.2.2.Pessoal e Encargos	5.312	3.413	13.826	11.787
II.2.3.Despesas de Custeio e de Capital	4.022	3.727	11.705	9.135
II.2.4.Outras	501	772	1.677	1.924
III.RESULTADO DO BANCO CENTRAL	64	113	191	170
IV.RESULTADO PRIMÁRIO (II-I+III)	-2.433	-4.381	-2.703	-7.292

(*)Inclui Tesouro Nacional, Banco Central e INSS. Elaboração: IPEA/DIPES.
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional; Banco Central.

1
Esse crescimento real das receitas apuradas pelo Tesouro Nacional difere do apresentado pela SRF (+2,7%) por conta da antecipação das receitas de concessão do sistema Telebrás, consideradas pelo primeiro, mas não pela SRF.

2
Em março de 1998, o governo federal passou a efetuar o pagamento do salário de seus funcionários no dia 25 do mês de referência, com isso a folha salarial naquele mês foi acrescida em 70%.

TABELA 6.3
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
(FLUXOS DOS ÚLTIMOS 12 MESES - EM % DO PIB)

CATEGORIAS	DEZ. 95	DEZ. 96	DEZ. 97	FEV. 98	DEZ. 98	FEV. 99
NOMINAL	7,18	5,87	6,11	6,52	8,02	13,91
Governo Federal e Banco Central	2,31	2,55	2,64	2,95	5,47	11,04
Estados e Municípios	3,56	2,72	3,02	3,04	2,04	2,28
Estatais	1,31	0,60	0,45	0,53	0,50	0,59
PRIMÁRIO	-0,36	0,09	0,92	0,97	-0,01	-0,49
Governo Federal e Banco Central	-0,58	-0,38	0,26	0,18	-0,57	-1,02
Estados e Municípios	0,17	0,55	0,73	0,67	0,20	0,22
Estatais	0,05	-0,08	-0,07	0,11	0,36	0,31
JUROS NOMINAIS	7,54	5,78	5,19	5,55	8,03	14,40
Governo Federal e Banco Central	2,89	2,93	2,38	2,77	6,04	12,06
Estados e Municípios	3,39	2,17	2,29	2,37	1,83	2,05
Estatais	1,26	0,68	0,52	0,42	0,17	0,28

Fonte: Bacen/Deprec. Obs.: Valores positivos correspondem a déficits e negativos a superávits.

déficit nominal imediatamente. A segunda alternativa de cálculo utiliza o critério de caixa para o cômputo dos impactos das variações cambiais sobre os encargos da dívida interna indexada ao câmbio. Conforme esse critério, tais impactos são considerados necessidade de financiamento apenas no momento em que os títulos com correção cambial forem sendo pagos. Cabe ressaltar que esta metodologia já é utilizada para a dívida externa.

Assim, se considerarmos as NFSP com os efeitos da desvalorização cambial, o déficit nominal do governo consolidado, em janeiro, foi de R\$ 52,3 bilhões (75,6% do PIB) e de R\$ 11,9 bilhões (16,8% do PIB) em fevereiro, já refletindo a reversão da sobrevalorização sofrida pela moeda nos primeiros momentos de alteração do regime cambial. No acumulado para o primeiro bimestre, o déficit nominal ficou em R\$ 66,5 bilhões, ou 46,5% do PIB. Quanto aos fluxos acumulados em 12 meses, o déficit nominal saltou de R\$ 72,8 bilhões (8,02% do PIB), em dezembro, para R\$ 132,3 bilhões (13,9% do PIB) em fevereiro.

Desconsiderando-se os efeitos da desvalorização cambial, conforme metodologia indicada acima, as NFSP nominais teriam sido de R\$ 4,0 bilhões (5,8% do PIB), em janeiro, e R\$ 4,8 bilhões (6,8% do PIB) em fevereiro. No primeiro bimestre, as NFSP nominais teriam se situado em R\$ 8,9 bilhões (6,3% do PIB) e, considerando-se os fluxos acumulados em 12 meses, teriam passado de R\$ 68,5 bilhões (7,6% do PIB) em dezembro para R\$ 70,7 bilhões (7,4% do PIB) em fevereiro.

Quanto aos resultados primários, nos meses de janeiro e fevereiro, o governo consolidado obteve superávites bastante expressivos, R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, respectivamente, somando um total de R\$ 5,1 bilhões no bimestre (equivalente a 3,7% do PIB) — em 1998, o superávit acumulado para o primeiro bimestre foi de apenas R\$ 676 milhões. Esse resultado superou amplamente a meta acordada com o FMI para o período, que era de R\$ 1,1 bilhão.

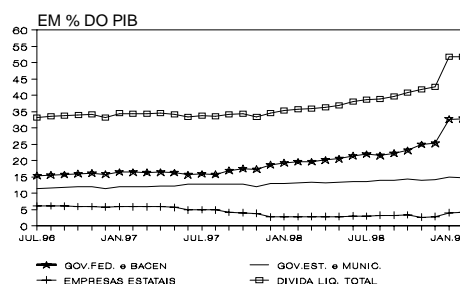
O superávit primário acumulado em 12 meses ampliou-se de R\$ 125 milhões, em dezembro, para R\$ 4,6 bilhões em fevereiro, o que equivale a 0,5% do PIB, resultado de um superávit de 1,02% do PIB para o governo central (engloba governo federal, Banco Central e INSS), e de

déficits de 0,22% e 0,31% do PIB para os estados e municípios e as empresas estatais, respectivamente. Esses números demonstram claramente que o governo (particularmente a União) vem se empenhando para a obtenção de resultados positivos que viabilizem o cumprimento do acordo com o FMI.

No que se refere à dívida líquida do setor público consolidado (DLSP), as mudanças metodológicas que afetam o cálculo das NFSP, descritas acima, não possuem qualquer efeito. As variações na DLSP decorrentes de alterações nas dívidas e créditos do setor público não-financeiro e Banco Central permanecem sendo apuradas pelo critério de competência. A dívida mobiliária federal, integrante da DLSP, também permanece sendo mensurada pelo regime de competência, a despeito de ser composta, em parte, por títulos indexados ao dólar.

Assim, em grande medida como reflexo da desvalorização cambial ocorrida nos primeiros meses do ano, a DLSP total elevou-se em R\$ 112,1 bilhões, atingindo R\$ 500,8 bilhões em fevereiro, ou 51,9% do PIB, ficando, porém, abaixo do valor indicado no acordo com o FMI (54,1% do PIB). A dívida mobiliária federal elevou-se de R\$ 322,6 bilhões (35,4% do PIB) em dezembro para R\$ 378,9 bilhões (39,3% do PIB) em fevereiro. No caso da dívida externa líquida, os impactos da desvalorização cambial foram responsáveis pela duplicação de seu volume, que passou de R\$ 60,0 bilhões (6,6% do PIB), em

GRÁFICO 6.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: BACEN. Elaboração: IPEA/DIPES.

dezembro, para R\$ 120,0 bilhões (12,4% do PIB) em fevereiro.

Quanto ao perfil da dívida mobiliária federal, podemos verificar uma ampliação da participação do papéis pref-

xados que, em dezembro, representavam 3,5% do total dessa dívida e, em fevereiro, passaram a 7,4%. Os títulos com indexação cambial ampliaram-se de 21,0% para 29,9%, basicamente, devido à desvalorização da taxa de câmbio.